

PARECER JURÍDICO -nº668 /2025

Assunto: Resposta ao Memorando nº 875/2025 - LIC/SEFAZ

1 - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 875/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, PROCESSO LICITATÓRIO No 158/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/2025, REGISTRO DE PREÇOS No 072/2025, tipo **Menor Preço por item**, com objeto Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de ambulância de UTI Adulto e Neonatal para atendimento a transferências de pacientes do SUS e eventos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Cataguases-MG, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

Em resposta a peça **IMPUGNATÓRIA** encaminhadas pela empresa **A & G SERVIÇOS MEDICOS LTDA**, (CNPJ: Nº 12.532.358/0001-44 datada de 24 de setembro de 2025 sendo acolhida **parcialmente no prazo cabível** e, após análise técnica e competente, foi recepcionada na devida alteração trazida no Edital do Processo Licitatório nº 158/2025, respeitando a importância do órgão fiscalizador e principalmente aos princípios basilares da Administração Pública, elencados no caput do art.37, CF/88, sendo:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).”

A impugnação acostada, manifestou pela necessidade de fortalecer as exigências de qualificação técnica para a prestação de serviços na área de saúde. Tendo sido aceita pela Comissão de Licitação da Secretaria de Saúde, sendo aceita as seguintes solicitações: exigência de alvará sanitário, registro no CNES (cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde) , registro no CRM (Conselho Regional da Medicina) no COREN (conselho regional de enfermagem). Não tendo sendo sido aceitadas as seguintes exigências CERTIFICAÇÃO ISO 9001, Registro no CRA (conselho regional de administração).

Exigência Solicitada	Decisão	Justificativa
Alvará Sanitário	ACEITA	Documento crucial para comprovar que a empresa está autorizada a exercer atividades sob a vigilância sanitária, garantindo a segurança da contratante e dos usuários.
Registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)	ACEITA	O CNES é obrigatório para qualquer estabelecimento de saúde no território nacional (Portaria nº 1.6446/2015 do Ministério da Saúde). A exigência evita que empresas irregulares participem do certame.
Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina) e COREN (Conselho Regional de Enfermagem)	ACEITA	Essencial para a qualificação técnica, alinhada à legislação (Lei nº 6.839/1980 e Resolução CFM 1.980/2011). Comprova que a empresa e seus responsáveis técnicos estão aptos a atuar na área da saúde, garantindo um serviço seguro e competente.

Exigência Solicitada	Decisão	Justificativa
Certificação ISO 9001	REJEITADA	A exigência de uma certificação internacional como requisito eliminatório é considerada restritiva e desnecessária para o objeto. Outros documentos aceitos (Alvará Sanitário, CRM, COREN) já garantem a qualificação técnica necessária, e a ISO 9001 poderia comprometer a competitividade do certame.
Registro no CRA (Conselho Regional de Administração)	REJEITADA	A atividade-fim da contratação é a prestação de serviços de saúde (locação de ambulâncias para transporte de pacientes), e não a administração de pessoal. A exigência de registro no CRA é considerada desproporcional e inadequada , pois a administração de pessoal é uma atividade secundária e inerente a qualquer empresa, já coberta pela exigência de registro nos conselhos de saúde.

Ademais, por meio do Memorando SMS/DIRA-LICIT 088/2025 o Secretário Municipal de Saúde requereu a alteração no valor dos itens e a retirada do item 5: De forma que o valor que fora informado era de R\$ 1.234.162,00 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e dois

reais), passando a ser de R\$ 1.234.162,00 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e dois reais), de acordo com cotação de preço em anexo.

É a síntese do necessário. Passo a opinar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Do poder-dever de autotutela da Administração Pública

A autotutela é um princípio que confere à Administração Pública o poder-dever de controlar e rever seus próprios atos, podendo anulá-los se forem ilegais (vícios de legalidade) ou revogá-los se forem inoportunos ou inconvenientes, mesmo que legais.

Tal prerrogativa decorre diretamente dos princípios da legalidade (art. 37, caput, CF/88), da moralidade, da indisponibilidade do interesse público e da vinculação ao edital, sendo reforçada pelo disposto no art. 53 da Lei nº 9.784/1999, de aplicação subsidiária aos entes municipais, a qual dispõe:

***Art. 37, CF/88:** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).*

***Art.53, Lei nº 9.784/99:** A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

Assim, como também se encontra sedimentado pelas Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

***Súmula nº 346/STF:** A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.*

***Súmula nº 473/STF:** A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se*

originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No caso em tela, restou verificado que o instrumento convocatório ora impugnado, continha especificações técnicas insuficientes, sendo acolhida parcialmente as alegações pela Comissão de Licitação aceitou parcialmente as alegações da impugnante, concordando com a inclusão do alvará sanitário, do registro no CNES e dos registros nos conselhos de medicina e enfermagem. No entanto, a exigência de certificação ISO 9001 e o registro no Conselho Regional de Administração (CRA) foram rejeitados, pois foram considerados desnecessários para a atividade principal, que é a locação de ambulâncias para serviços de saúde.

2.2. Do edital retificado

8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica

- 8.9.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.9.5.2 Alvará Sanitário;
- 8.9.5.3 Registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde)
- 8.9.5.4 CRM - Registro nos Conselhos Regionais de Medicina
- 8.9.5.5 Registro COREN Enfermagem

Conforme, demonstra print acima o tópico do edital correspondente a qualificação técnica foi retificado.

Acolho a referida retificação, prossigo.

2.3. Da reformulação no texto Editalício - Item 6.1, alínea f, do Termo de Referência

Ao que se refere no Edital publicado anteriormente, o mesmo será RETIFICADO e republicado, reforçando a observância ao princípio da vinculação ao edital (art.5º da Lei 14.133/2021). Os questionamentos levantados pela **IMPUGNANTE**, foram respondidos e destes, em consonância com avaliação competente, parcialmente acatados pela Administração Pública Municipal, mantendo a devida transparência frente ao certame.

Importa salientar que qualquer modificação feita em Edital deve ser divulgada da mesma forma como se deu o texto original ou corre o risco de ofender os princípios informativos da licitação, como da igualdade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Após análise técnica e competente, foi recepcionada a devida alteração no Edital do Processo Licitatório nº 155/2025, respeitando a importância do órgão fiscalizador e principalmente aos princípios basilares da Administração Pública, elencados no caput do art.37, CF/88, passando a ter a seguinte redação:

8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica

- 8.9.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.9.5.2 Alvará Sanitário;
- 8.9.5.3 Registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde)
- 8.9.5.4 CRM - Registro nos Conselhos Regionais de Medicina
- 8.9.5.5 Registro COREN Enfermagem

Noutro giro, o Parecer Jurídico/PGM nº 562/2025 de 08/09/2025 permanece válido, tendo a presente manifestação jurídica o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, §1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

***Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - *apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

II - *redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.*

Por conseguinte, com a **Processo Licitatório nº 158/2025 ,Pregão Eletrônico nº 073/2025 - Compra 90073, SRP Registro de Preços nº 072/2025** o prazo será reaberto após (re)publicação. Saliento que a licitação será por ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.cataguases.mg.gov.br

Integram este **Edital RETIFICADO do Processo Licitatório nº 155/2025**, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de proposta de preços;

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Anexo V- MODELO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP/EQUIPARADAS

Anexo VI - Cotação de preços/Mapa analítico alterada

Anexo VII - Estudo técnico preliminar (ETP), mapa de risco e demandas

Anexo VIII - Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo IX - Ofício e termo de referência

Anexo X - Relação dos itens no Compras Governamentais

Anexo XI - Lei 4.853/2022

Anexo XII - Lei 4.971/2023

Anexo XIII - Parecer jurídico abertura

Anexo XIV - Parecer da pregoeira impugnação

Anexo XV - Parecer da Secretaria de Saúde impugnação

Anexo XVI - Resposta esclarecimentos da Secretaria de Saúde

Anexo XVII - Ofício da Secretaria de Saúde

Anexo XVIII - Parecer jurídico retificação

No mais, cumprе ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, sendo prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso)

III - DO PARECER

Considerando a **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela **A & G SERVIÇOS MEDICOS LTD**, sendo-a acolhida parcialmente no prazo adequado e DEFERINDO PARCIALMENTE o pedido, com a devida retificação no Edital e prorrogação dos prazos, mediante análise técnica e competente ao feito, como forma a assegurar a ampla participação e a igualdade de condições entre os licitantes, prossigo.

No mais, cumprе ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, sendo prestado sob o prisma estritamente jurídico, não

competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

IV - CONCLUSÃO

Diante da irregularidade devidamente apontada pela IMPUGNANTE, e com base na autotutela administrativa e nos princípios da legalidade, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, manifesta-se juridicamente viável e recomendável a RETIFICAÇÃO e republicação do edital, estando válido o prosseguimento do processo, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste.

Consequente, essa Procuradora opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 158/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

Tais medidas se impõem para prevenir prejuízos ao interesse público, garantindo a legalidade, a competitividade e a economicidade da futura contratação, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, além de evitar impugnações judiciais ou administrativas mais gravosas e potenciais responsabilizações dos agentes públicos envolvidos.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 875/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

É o Parecer, *s.m.j.*

Cataguases, 23 de outubro de 2025.

Estevão Rocha Malta
Procurador do Município
OAB-MG 177.178